



DESDE 1988  
AO LADO DOS  
TRABALHADORES

Sinergia e Cerej se  
reúnem para negociar  
ACT 2025/2026  
Página 2



Interce faz planejamento  
da Campanha de Data-  
Base 2025/2026  
Página 2



CELESC

## Tribunal de Contas aponta “possíveis irregularidades” na Celesc

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DÁ SEQUÊNCIA A APURAÇÃO DE FATOS SOBRE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE TERIA COMO OBJETIVO TREINAR REPRESENTANTES DA CELESC PARA RETIRAR DIREITOS DA CATEGORIA

Os sindicatos da Intercel fizeram em 2024 uma denúncia ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Santa Catarina por conta da suspeita de proximidade da empresa contratada para “treinamento e suporte em Recursos Humanos” com o presidente da Celesc, Tarcísio Rosa, e o membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Fábio Fick. Treinamento e suporte em Recursos Humanos é um nome bonito para dizer que a empresa contratada tinha como objetivo buscar estratégias de negociação para **retirar direitos da categoria** - facilitando, ali na frente, sua privatização. Não apenas a **suspeita de proximidade** chamou a atenção - já que Tarcísio e a empresa contratada já haviam trabalhado juntos na Amazonas Energia -, mas, também, o **contrato por inexigibilidade de licitação** da Celesc com a DS Medeiros - a tal empresa contratada para orientar a retirar direitos - gerou suspeita.

Na semana passada, o portal SC em Pauta noticiou que a denúncia segue tramitando no TCE, com **novos capítulos**: Após a análise inicial, a Diretoria de Licitações e Contratações do TCE emitiu um relatório encaminhando a realização de diligência na Celesc, a apresentação de cópia integral do processo de inexigibilidade e determinando a “apuração dos fatos apontados como irregulares”.

A seguir, o TCE se manifestou pela realização de uma audiência “em razão de possíveis irregularidades”. O TCE indicou que poderia haver “Insuficiência na comprovação do requisito de notória especialização da contratada, não permitindo concluir que o trabalho desta é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto, em descumprimento ao disposto no art. 30, II, e definição descrita no art. 30, §1º, ambos da Lei n.º 13.303/2016”. Após

pedido de prorrogação de prazo, os responsáveis encaminharam ao TCE manifestação e documentos acerca do caso.

Em relatório produzido em fevereiro desse ano, o TCE indicou “**possível caracterização de dolo ou erro grosseiro por parte dos agentes públicos envolvidos**”. E que no “caso analisado, observa-se que a proposta da empresa contratada (fl.914-918) foi aceita sem que conste, no respectivo processo licitatório, qualquer registro de contato prévio e detalhamento da proposta”.

Além disso, que “gera questionamento sobre qual seria a equipe técnica ‘profissional especializado em oferecer orientação estratégica a empresas de diversos setores para a gestão eficaz de questões trabalhistas e negociações sindicais’ mencionada à fl. 850 do documento ‘Justificativa Inexigibilidade e Orçamento’”.

O documento do TCE afirma, na sequência, que “como constatado no Relatório DLC-889/2024, a empresa contratada (seu responsável) teria se valido da proximidade com o presidente da Celesc para obter benefício com recursos públicos, sem se submeter a um processo de contratação em conformidade com a legislação vigente”. E que “um dos 2 (dois) atestados de capacidade técnica constantes do processo licitatório foi fornecido em favor da empresa Quattour Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. (aberta em 14.06.2021), que possui como sócios o Sr. Daniel da Silva Medeiros e o Sr. Fábio Fick, membro indicado pelo Governo do Estado de Santa Catarina para o Comitê de Auditoria da CELESC S.A (fl. 240) e Diretor da Amazonas Energia no período em que o Sr. Tarcísio Estefano Rosa foi presidente”.

Ainda na análise, o TCE entende pela “responsabilização do agente privado” tendo em



vista que “um dos atestados de capacidade técnica possui data posterior, 12.07.2023, ao documento ‘Justificativa inexigibilidade e orçamento’, que possui data de 11.07.2023. Ordem de serviço mencionando o valor de R\$ 370.000,00 foi emitida em 11.07.2023 (fl. 764, fls. 832-833), anterior à assinatura do contrato. O outro atestado de capacidade técnica possui data de 11.07.2023”.

A seguir, o TCE indica a necessidade de “audiência da empresa contratada, DS Medeiros Consultoria em Gestão Empresarial EIRELI, na pessoa do seu sócio administrador, Sr. Daniel da Silva Medeiros, pelas 3 restrições descritas no Relatório”, como forma de oportunizar o contraditório à empresa contratada.

Sobre a conduta dos agentes públicos e nexos causal, o TCE afirma que a “análise dos fatos indica a possibilidade de erro grosseiro ou dolo na condução da contratação da empresa DS Medeiros Consultoria em Gestão Empresarial EIRELI pela Celesc S.A, sob a presidência do Sr. Tarcísio Estefano Rosa”. E que o fato do Sr. Fábio Fick ser sócio do Sr. Daniel Medeiros na empresa Quattour Consultoria reforçaria “**a suspeita de favorecimento indevido**”.

O TCE afirma, diante dos fatos narrados, que “a posição ocupada pelo Sr. Tarcísio

Estefano Rosa de Presidente da Estatal, subscritor do contrato, a conduta deste não se pautou exclusivamente pelo interesse público, mas sim por interesses particulares, configurando, assim, a responsabilidade por erro grosseiro ou dolo”.

Por fim, a Diretoria de Controle de Licitações e Contratações do TCE sugere ao Relator do caso uma audiência com as partes para que apresentem suas alegações de defesa em relação à “insuficiência na comprovação do requisito de notória especialização da contratada”, bem como pela “ausência de justificativa de preço completa, adequada, transparente”.

A Intercel segue acompanhando o caso e dará publicidade aos próximos passos da investigação. A situação do presidente, contudo, segue frágil na empresa, diante das **suspeitas** de favorecimento, além da incompetência de sua gestão em conseguir resolver os erros e problemas do sistema Conecte. Tudo isso, aliado a sua teimosia em não contratar empregados próprios em número suficiente e a precarização dos serviços da Celesc, vêm gerando um **clima de insatisfação** geral na categoria. O Governo do Estado precisa agir de maneira rápida, antes que toda essa situação venha a respingar na imagem do governador.

## Intercel conquista pagamento retroativo de GA

Reconhecimento do erro pela empresa garante pagamento retroativo a celesquianos prejudicados

Há algum tempo, a Intercel vem discutindo em CRH a situação dos trabalhadores que utilizam veículos da empresa e não estavam recebendo corretamente a Gratificação Ajustada, conforme previsto em normativa interna. No final de 2024, a Celesc reconheceu o erro e assumiu o compromisso de pagar os valores retroativos aos celesquianos. Esses valores estão sendo calculados individualmente, a partir das solicitações encaminhadas pelos sindicatos da Intercel.

De acordo com manifestação do DPAD, "a metodologia utilizada para analisar os requerimentos das possíveis perdas pecuniárias referentes à Gratificação Ajustada (GA) consiste na comparação da média dos montantes pagos no período solicitado por cada empregado com a média dos 12 meses anteriores à data inicial requerida. Nos casos em que não houver dados anteriores disponíveis, a comparação será feita com a média dos montantes pagos aos empregados de mesmo cargo. Os montantes (diferença entre as médias multiplicado pela quantidade de pagamentos recebidos no período solicitado) começarão a ser pagos a partir da folha de maio, por meio da rubrica chamada diferença salarial, conforme as análises forem sendo concluídas para cada empregado que solicitou revisão".

Com a correção dessa injustiça, é importante que todos os trabalhadores afetados acompanhem atentamente suas folhas de pagamento para confirmar se os valores devidos foram realmente quitados.



dos de mesmo cargo. Os montantes (diferença entre as médias multiplicado pela quantidade de pagamentos recebidos no período solicitado) começarão a ser pagos a partir da folha de maio, por meio da rubrica chamada diferença salarial, conforme as análises forem sendo concluídas para cada empregado que solicitou revisão".

## Intercel planeja campanha de data-base 2025/2026 da Celesc

Encontro foi realizado entre os dias 23 e 25 de abril em Florianópolis

Dirigentes dos sindicatos da Intercel se reuniram entre os dias 23 e 25 de abril para planejar a campanha de data-base 2025/2026 na Celesc. O encontro teve início com a análise de conjuntura estadual e nacional, além de um comparativo das ações que vêm sendo tomadas tanto pela diretoria da Celesc quanto pela diretoria da Casan. Nessa primeira etapa, participaram o deputado estadual Marcos José de Abreu, o Marquito (PSOL), a assessoria do deputado estadual Fabiano da Luz (PT) e os Conselheiros Haneron Victor Marcos (representante dos empregados no CA da Casan) e Paulo Guilherme Horn (representante dos empregados no CA da Celesc).

parte da diretoria do Sindinorte desde 2007 e está liberado para atuação sindical desde 2019. Ao longo do tempo envolveu-se bastante nas áreas de saúde e segurança do trabalho, sempre com muita dedicação. Assumindo a Coordenação num ano que promete ser desafiador – com prováveis enfrentamentos nas negociações de PLR 2025 e recurso da PLR 2024, além da luta pela manutenção e avanços no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) – Ailton aposta que, "com união e mobilização da categoria, vamos conseguir superar as dificuldades e seguir avançando em nossas conquistas, sem esquecer do principal lema de todo celesquiano: Celesc Pública, bom para todo mundo!"

Além da troca de ordem, também houve a mudança da Secretaria da Intercel, que passou do Stieel para o Sintevi. O novo Secretário será **Fábio Junior Engels**, eletricitista na Celesc desde 2005 e dirigente liberado pela Intercel desde 2024.

Na etapa seguinte, foi construída a agenda de lutas para o período, incluindo datas de assembleias regionais, estadual e Caravana da Intercel, e foram definidas as principais bandeiras de luta para o próximo Acordo Coletivo de Trabalho. Na etapa final do encontro, houve a avaliação e a mudança de Coordenação da Intercel, que passou do Sinergia para o Sindinorte. O novo Coordenador será **Ailton Communello**, que é técnico em Eletrotécnica e trabalhador da Celesc desde 2005. Ele faz

parte da diretoria do Sindinorte desde 2007 e está liberado para atuação sindical desde 2019. Ao longo do tempo envolveu-se bastante nas áreas de saúde e segurança do trabalho, sempre com muita dedicação. Assumindo a Coordenação num ano que promete ser desafiador – com prováveis enfrentamentos nas negociações de PLR 2025 e recurso da PLR 2024, além da luta pela manutenção e avanços no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) – Ailton aposta que, "com união e mobilização da categoria, vamos conseguir superar as dificuldades e seguir avançando em nossas conquistas, sem esquecer do principal lema de todo celesquiano: Celesc Pública, bom para todo mundo!"

Além da troca de ordem, também houve a mudança da Secretaria da Intercel, que passou do Stieel para o Sintevi. O novo Secretário será **Fábio Junior Engels**, eletricitista na Celesc desde 2005 e dirigente liberado pela Intercel desde 2024.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Sinergia faz defesa de trabalhadores da Celesc em Palhoça

O dirigente Mário Jorge Maia, o Marinho, do Sinergia, ocupou a Tribuna da Câmara de Vereadores de Palhoça na segunda-feira, 28 de abril. Marinho explicou aos parlamentares sobre a possível venda do terreno onde fica o Almoxarifado da Celesc na cidade e fez a **defesa dos trabalhadores que atuam no atendimento comercial**. Algumas semanas atrás, em debate na Sessão na Câmara, vereadores criticaram a possível saída do Almoxarifado da cidade e reclamaram do atendimento. O Sinergia agradece aos vereadores Alexandre de Sousa (PP) e Nirdo Artur da Luz, o Pitanta (PL), além da assessoria do deputado estadual Camilo Martins (Podemos) pela abertura do espaço. A fala de Marinho está disponível no instagram do Sinergia (@sinergia.sc).



CNE se reúne nessa semana em Brasília

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) está reunido nessa semana em Brasília para o Planejamento das atividades do próximo ano. Pela Intersul, participam os dirigentes do Sinergia Tiago Vergara e Cecy Marimon, além do dirigente da ARS, Graciano Iribarem Farias.

ACT 25/26 CEREJ

## Sinergia e Cerej se reúnem para 1ª rodada do ACT

Reunião de negociação foi realizada na sede da empresa

Na quarta-feira da semana passada, 30 de abril, o Sinergia se reuniu com a direção da Cerej para debater a primeira rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 de trabalhadoras e trabalhadores da cooperativa, que tem sede em Biguaçu.

A direção da empresa concordou com a **renovação integral das cláusulas históricas no ACT** dos trabalhadores e, ainda, com a aplicação integral do índice de inflação acumulado no período medida pelo IPCA. Confirma abaixo a resposta da empresa para outras solicitações da Pauta de Reivindicações da categoria: **Cláusula 2 - Aumento Real:** O presidente da Cerej relatou ter solicitado à sua assessoria uma apresentação de valores aplicados como ganho real aos trabalhadores nos últimos anos para, posteriormente, fazer uma proposta; **Cláusula 44 - Convênio Médico:** A categoria solicitou que a proporção do custo para a empresa com o plano de saúde dos trabalhadores passe a ser de

70%. A direção da cooperativa se comprometeu a dar um retorno na próxima reunião de negociação;

**Cláusula 48 - Qualificação Profissional:** Foi solicitado pela categoria a alteração na redação desta cláusula para atender todas as pessoas e não parecer que está direcionada somente para um grupo de empregados. A direção da empresa dará uma resposta na próxima rodada de negociação; **Cláusulas novas: Auxílio Combustível:** A direção da empresa dará uma resposta na próxima reunião; **Termo de Compromisso de Jornada de Trabalho Específica de Natal e Fim de Ano:** A Direção da Cerej se manifestou favorável a esta cláusula.

As demais cláusulas reivindicadas pela categoria não tiveram avanços nessa primeira rodada de negociação. O Sinergia seguirá lutando por avanços e melhorias no Acordo até o final das negociações. Ficou combinado entre as partes que a próxima reunião de negociação será realizada na segunda semana de maio.

## Sistema Conecte completa um ano de problemas e prejuízos

Todos os prazos estabelecidos pelo presidente da Celesc não foram cumpridos

Desde o início de 2024, os sindicatos da Intercel alertavam a diretoria da Celesc sobre a insegurança dos celesquianos com a mudança do sistema comercial. Tanto pela ausência de um treinamento adequado - que deixasse atendentes comerciais plenamente seguros -, quanto pela complexidade do sistema ou a necessidade de pessoal próprio para ajudar na transição, os alertas foram dados em reuniões com a diretoria e através de matérias do jornal Linha Viva. A diretoria da empresa deu de ombros para os apelos e fez a virada de chave em 6 de maio daquele ano.



Desde então, a vida de atendentes comerciais e trabalhadores de diversas áreas da Celesc passou a ser um verdadeiro calvário. Se no atendimento comercial a pressão, ofensas, reclamações e xingamentos passaram a ser rotina, por outro lado, em áreas administrativas, os colegas corriam contra o tempo para encontrar soluções aos problemas que foram surgindo - em muitos setores, sem número adequado de pessoas para dar conta. Ocorre que, a cada problema resolvido, surgiam outros dois ou três problemas novos sem solução.

Falhas de comunicação da diretoria da Celesc com a população ajudaram a **agravar o problema:** a ausência de uma forte campanha anterior de mídia alertando sobre os possíveis problemas e a falta de instruções na própria fatura de energia (que não teria

custo significativo para a Celesc) ajudaram a levar ainda mais consumidores para as lojas de atendimento, formando filas intermináveis. Trabalhadores tiveram que fazer horas extras, colegas de outros setores foram deslocados para o atendimento e muitos celesquianos adoeceram, enquanto outros pediram demissão. Diante da ausência de solução, os sindicatos tiveram que procurar o Ministério Público do Trabalho. **Só aí a diretoria começou a se mexer em relação aos cuidados com os trabalhadores.**

Após alguns meses, o presidente da Celesc passou a dar algumas entrevistas e a se comunicar com a sociedade catarinense. Ainda assim, aproveitou o espaço para criticar os sindicatos e fazer previsões que não se confirmaram até o momento. Uma das primeiras foi em 5 de julho de 2024, em entrevista ao jornalista Marcelo Lula, do portal SC em Pauta. Na ocasião, afirmou que "entre 15 e 20 dias" o sistema já estaria "normalizado". Tarcísio Rosa deu novas entrevistas nos meses seguintes, se comprometendo com a população e até mesmo com lideranças políticas, mas não cumpriu com a palavra. Em janeiro desse ano, afirmou em entrevistas que o novo prazo seria de 60 ou 90 dias. Mais adiante, cravou a data de **30 de abril**, também não cumprida.

Na sexta-feira, 2 de maio, e na segunda-feira, dia 5, o Linha Viva visitou lojas de atendimento na Grande Florianópolis.



### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - Sinergia, no exercício de suas atribuições estatutárias, vem convocar a categoria dos trabalhadores na indústria de energia elétrica, quais sejam, os empregados da - CELESC Distribuição S/A, CGTE-LETROSUL - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A, EN-GIE Energia S/A, CEREJ - Cooperativa de Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior, São Sebastião Energia S/A, AXS Energia, CSC Energia, STATKRAFT Energias Renováveis S/A e FOZ DO CHAPECO Energia S/A, com sua base territorial compreendida pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Tijucas, São José, Palhoça, São João Batista, Nova Trento, Governador Celso Ramos, Angelina, Canelinha, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Major Gercino, Rancho Queimado e São Pedro de Alcântara para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 09/05/2025 (sexta-feira), no auditório do SINERGIA, sito à rua Lacerda Coutinho 149, Centro, Florianópolis, às 18h00min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 18h30min, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA  
1 - Eleição para preenchimento de 04 (quatro) vagas existentes na Diretoria Colegiada do SINERGIA, mediante voto por aclamação, obedecendo o seguinte procedimento:

- 1.1. A inscrição deverá ser feita pessoalmente pelos candidatos no sindicato, na assembleia;
- 1.2. Poderá se candidatar a pessoa associada que, na data da realização do primeiro escrutínio, tiver mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato e estiver em dia com as suas mensalidades sindicais;
- 1.3. A votação será realizada após a chamada do último associado que registrou presença no Livro de Presença de Assembleias. Florianópolis, 5 de maio de 2025.

Tiago Bitencourt Vergara  
Coordenador Geral do Sinergia

## Celesc: Câmeras de monitoramento geram dúvidas

Atendentes da Celesc em diferentes regiões procuraram os sindicatos da Intercel no último mês para relatar desconforto e estranhamento com a instalação de câmeras de monitoramento próximas às telas dos computadores nas lojas de atendimento: "a câmera está focada para o monitor do meu computador e a sensação é de controle de tudo o que estou fazendo", afirmou uma atendente da região Oeste. Outro atendente, na Grande Florianópolis, afirmou desconfiar que a câmera grave também as conversas: "instalaram a câmera aqui para ouvir tudo o que nós falamos, até nas pausas. Não deveríamos ter sido avisados formalmente sobre a instalação desse gravador?", questionou.

Em função das reclamações, a Intercel buscou a chefia do DPAD na semana passada. Em resposta aos questionamentos, os sindicatos foram informados que "o posicionamento será revisado nos municípios a nós repassados. Estamos reforçando o comunicado junto aos gerentes regionais (DVAFs) para que orientem a contratada Khronos quando da instalação e local mais adequado. Lembrando que a finalidade da captação das imagens e áudio é a segurança dos nossos atendentes. O acesso e tratamento desses dados seguem os princípios da LGPD".

Em consulta ao Jurídico do Stieel e do Sinergia sobre o caso, a resposta foi que "o uso de câmeras é permitido, desde que para fins de segurança patrimonial e fiscalização do ambiente de trabalho (não no sentido de controlar o que os trabalhadores fazem, mas de fiscalizar o espaço de trabalho em geral) e que não atinja locais destinados à intimidade dos trabalhadores, como refeitórios, banheiros, vestiários e locais de descanso. É importante, ainda, que os empregados tenham conhecimento do uso das câmeras, pois é proibido o uso de câmeras espíãs - utilizadas para fiscalizar os trabalhadores. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho considera ilícito o uso de câmeras em banheiros, refeitórios e demais locais reservados à intimidade do trabalhador".

A Intercel segue em contato com o DPAD e monitorando os casos relatados. É importante que a categoria registre caso alguma câmera de segurança seja instalada num desses locais considerados inadequados, violando a intimidade dos trabalhadores. Caso isso ocorra, procure imediatamente o seu sindicato e relate a situação.

# Centrais Sindicais promovem atos em todo o país

Atividades tinham como mote, entre outras pautas, o fim da escala 6x1 e a isenção tributária para a PLR



As centrais sindicais se uniram nos atos do Dia da Trabalhadora e do Trabalhador pelo país. Em Brasília, no dia 29 de abril, CUT, CTB e demais centrais sindicais se uniram e promoveram a Plenária e Marcha da Classe Trabalhadora. Dirigentes do Sinergia e de outros sindicatos de Santa Catarina participaram do ato e viajaram de ônibus por mais de 1.600km até a Capital Federal. A Plenária contou com a participação de presidentes das centrais sindicais, parlamentares, como as deputadas federais Maria do Rosário (PT/RS) e Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e o deputado Vicentinho (PT/SP), além dos Ministros Márcio Macêdo (Secretaria Geral da Presidência da República) e Luiz Marinho (Trabalho e Emprego). Na Plenária, foi finalizado um documento com 26 reivindicações, como o **fim da escala 6x1**, a **isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil**, a **taxação dos super-ricos**, a **ampliação de políticas ativas de geração de trabalho decente** e a **isenção tributária para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR)**.



Ao fim da Plenária, os milhares de participantes na Esplanada dos Ministérios se dirigiram em marcha até o Congresso Nacional. Lá, uma representação de cada central sindical (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Publica e Intersindical Central) entregou aos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Mota (Republicanos), do Senado, Davi Alcolumbre (UB), do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, do Tribunal Superior do Trabalho, Aloysio Corrêa da Veiga e ao Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (PT), a Pauta da Classe Trabalhadora, documento com 26 propostas prioritárias para 2025.

A Pauta é um desdobramento e atualização da Pauta da Classe Trabalhadora aprovada na CONCLAT de abril de 2022, que apresentou 63 diretrizes para o desenvolvimento do Brasil, elaboradas a partir dos



desafios e da perspectiva do mundo do trabalho.

De acordo com o dirigente do Sinergia, Thiago Matos Correa, a motivação para a participação no evento em Brasília foi "ajudar a fortalecer a categoria cada vez mais e pautar, novamente, a reestatização da Eletrobras".

Já o Secretário Geral da CUT/SC, Rogério Manoel Corrêa, que coordenou a caravana catarinense, destacou a importância da mobilização e a determinação dos trabalhadores de Santa Catarina: "Percorremos uma longa distância, com muita garra e unidade, para estarmos aqui hoje. A participação da CUT/SC nesta marcha demonstra o nosso compromisso com a luta por melhores condições de vida e trabalho para toda a classe trabalhadora. A pauta que entregamos hoje representa os anseios e as necessidades urgentes dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso estado e de todo o Brasil", afirmou Rogério.



De Santa Catarina, além da representação do Sinergia, também participaram dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de Canoinhas, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Barra do Sul (SindBarra), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina (Sindaspi/SC), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte/SC), Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos e Similares de Santa Catarina (Sintect/SC), Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasem), Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul e Região (Sinsep), Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville (Stimej), Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc) e Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina (Sintaema).



Fotos: @paraisoflash e Ricardo Stuckert/PR

SC: ações em São José, Chapecó, Joinville e Rio do Sul



Em Santa Catarina, os atos do 1º de maio foram realizados na Grande Florianópolis, no Oeste, no Norte e no Vale do Itajaí. Em São José, município vizinho a Florianópolis, cerca de 600 pessoas se reuniram na Beira-Mar para participar de atividades culturais, como apresentações teatrais, musicais e folclóricas. Além disso, também tiveram atividades para crianças, como piscina de bolinhas e pular-pula. Nos discursos dos representantes da classe trabalhadora, o apelo pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e direitos.



Em Joinville, o movimento sindical e social realizou uma panfletagem coletiva na Expoville, aproveitando o fluxo de trabalhadores e trabalhadoras para discutir temas como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da exaustiva escala 6x1 e a aprovação do projeto de lei que propõe a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. As pautas foram similares em Rio do Sul, onde o Fórum das Entidades do Campo e Cidade promoveu uma ação diferenciada, com entrega de brindes para trabalhadores e trabalhadoras e em Chapecó, onde a classe trabalhadora se reuniu em frente à Catedral de Santo Antônio.



Com informações da CUT/SC